



Circular nº 14/2012

20 de Junho de 2012

Assunto: EMPRESAS INSTALADORAS DE AVAC / ALVARÁ / InCI

Caro Associado,

A APIRAC deu a conhecer através da Circular nº 10/2011, de 20 de Julho, que o Decreto-Lei nº 69/2011, de 15 de Junho, veio alterar o Decreto-Lei nº 12/2004, de 9 de Janeiro, conhecido como o “Decreto-Lei dos Alvarás”. Assunto de primordial importância porque, como é do conhecimento dos Associados, os trabalhos de “Aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração” constituem a 10ª Subcategoria da 4ª Categoria – “Instalações eléctricas e mecânicas” de alvarás.

Importante factor a ter em linha de conta pelas empresas interessadas em alvará naquela área a decisão do InCI, I.P. ao permitir que, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 79/2006, de 4 de Abril, “Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios (RSECE)”, ao nível dos requisitos de qualificação para desenvolvimento da actividade, estabelecendo que as empresas têm de integrar técnicos credenciados ao abrigo daquele diploma, em alternativa ao engenheiro ou engenheiro técnico, poderão as empresas interessadas nas classes 1 e 2 de alvarás cumprir o requisito responsabilidade técnica mediante comprovação de existência no quadro de pessoal de:

- **TIM 2** (Técnico de Instalação e Manutenção de Sistemas de Climatização para sistemas de climatização até uma potência nominal limite de 100kW) – **Classe 1**;
- **TIM 3** (Técnico de Instalação e Manutenção de Sistemas de Climatização para sistemas de climatização com potência nominal superior a 100kW) – **Classes 1 e 2**.

Reforçamos que as empresas que desenvolvam actividade na Instalação, Montagem e Manutenção de Sistemas de Climatização e Refrigeração, bem como de Manutenção de Qualidade do Ar Interior em Edifícios e que não disponham de alvará estão objectivamente em incumprimento legal e sujeitas a acções sancionatórias por parte das entidades fiscalizadoras. Todas as empresas associadas na APIRAC com actividade naqueles segmentos de mercado **deverão ter a sua situação devidamente**



regularizada no InCI, I.P. O exercício da actividade da Construção depende obrigatoriamente de alvará e qualquer infracção ao Decreto-Lei nº 69/2011, de 15 de Junho, constitui uma contra-ordenação, punível com coima – **de € 7.500,00 a € 44.800,00**, e, em determinados casos, sujeita a aplicação de sanções acessórias, nos termos legais.

Recordamos que a APIRAC tem uma Divisão de Serviços que trata de todos os assuntos referentes aos alvarás/ reclassificação de alvarás/ títulos de registo. Assim, convidam-se os associados a aderirem a este serviço, que é colocado à disposição dos Associados gratuitamente, sem quaisquer encargos administrativos ou outros, com excepção das taxas que forem devidas nos termos legais ao InCI, I.P..

Anexam-se:

- 2 Listagens quer para Sociedade ou Empresário, da documentação necessária à comprovação da posse dos requisitos de Ingresso e permanência na actividade da Construção (os **Mod. 1-A, Mod. 2, Mod. 3, Mod. 5, Mod. 6 e Mod. 7**, podem ser retirados através do site do InCI (**www.inci.pt**)).

Poderá obter mais informações relativamente à credenciação destes técnicos junto da APIRAC

A Direcção da APIRAC